

Uma Concepção de Linguagem Sob o Paradigma da História

Lígia Regina Klein

Restrita ao território exclusivamente acadêmico até pouco tempo atrás, a questão das mudanças no encaminhamento pedagógico no ensino da língua materna vem, hoje, ganhando a fertilidade da prática educacional efetiva de sala de aula na maioria das regiões do país.

Efetivamente, já se tornaram comuns as discussões sobre novas propostas de ensino da língua em todos os níveis da escolaridade, da pré-escola à pós-graduação.

Inadiáveis, tais discussões vêm marcadas por avanços e recuos. Os avanços estão caracterizados, sobretudo pela disposição de mudar, pela coragem de abandonar os velhos caminhos já percorridos - e, por isso, sempre reconfortantes, embora só aparentemente seguros - e encetar novas tentativas por "mares dantes nunca navegados".

Os recuos, quer nos parecer, advêm da sofreguidão, do afogadilho, da ligeireza com que tais mudanças são propostas. Tal sofreguidão, via de regra, tem nos levado a análises simplistas sobre questões fundamentais, não só no que diz respeito ao ensino da língua, como também no que se refere ao ensino em geral.

Como resultado temos verificado o açodamento de uma polêmica que, ao polarizar posições, acaba por polarizar, e, portanto, separar, segmentar, elementos essenciais dos objetos de conhecimento em geral, e, portanto, também da língua escrita.

Tal polarização se configura, no caso do ensino em geral, no binômio "ensino tradicional versus ensino crítico", e, no caso da língua escrita, no binômio "gramática versus texto".

Querem, os defensores do dito ensino tradicional, que se mantenham os conteúdos e métodos calcados no predomínio da gramática, sob o argumento de que esta é a articuladora dos elementos da língua. Assim, a gramática deveria ser tomada como o ponto de partida de uma aprendizagem que progressivamente se espraiaria até chegar à totalidade do texto.

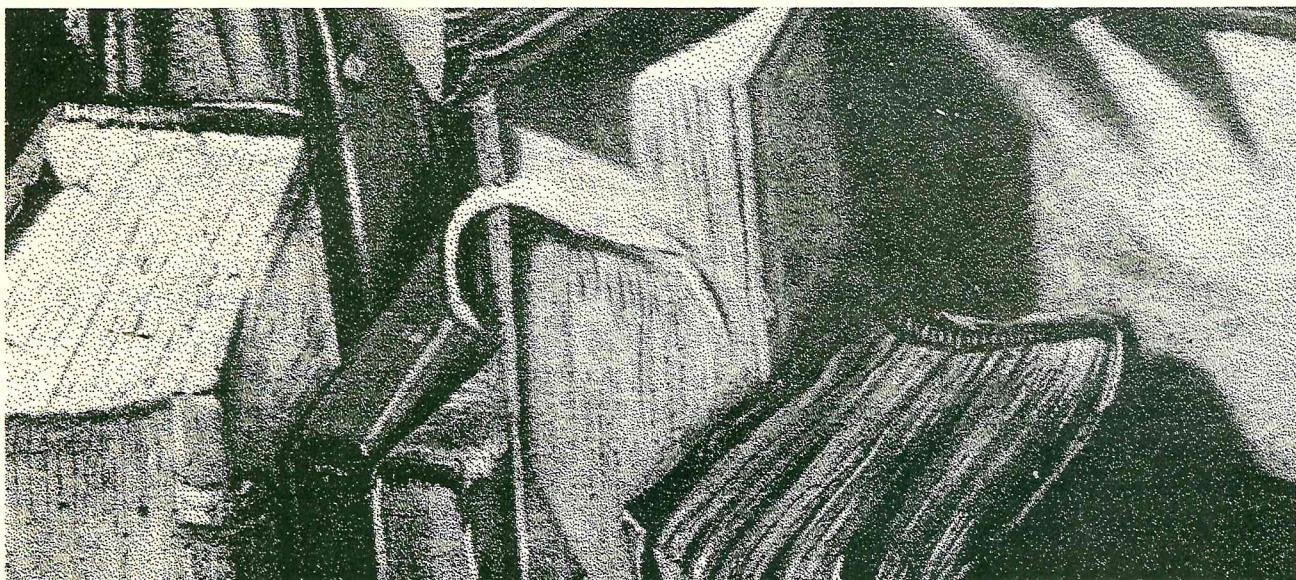
*A expressão "realidade humana"
implica na aceitação de que os elementos que constituem
essa realidade são criação do homem.*

No outro pólo do debate, o argumento gira em torno do caráter imobilista da gramática. Esta, posto que normativa, acabaria por engessar a língua num preceito formal, retirando-a do seu locus vital, que é o próprio exercício social da linguagem. Daí a necessidade do trabalho com o texto, uma vez que este, tomado como uma expressão real do discurso, é depositário do próprio movimento de mudança da

limites do antagonismo vigente, não em busca do consenso, mas em busca de uma possibilidade mais efetiva de explicação do real.

Esse paradigma, segundo nosso entendimento, é o próprio movimento da história. É nele que podemos assentar o filtro das nossas reflexões sobre qualquer dado da realidade humana.

É preciso, contudo, discutirmos também so-



língua.

Não deixam, tais opositores, de ter lá suas razões - mesmo porque falam e agem a partir de suas próprias experiências de vida, portanto, a partir de elementos reais da história.

No entanto, encaminhada desta forma, a discussão tem esbarrado nos limites bem estreitos de um antagonismo estéril. Estéril porque maniqueísta, estéril porque, centrado na oposição pura e simples, nos afasta da interpretação do nosso objeto de análise.

É a tentativa de crítica a esse maniqueísmo que nos move na defesa de um ponto de vista que, assim o entendemos, permite superar os

bre qual paradigma estamos definindo o que seja história. Este esclarecimento é tanto mais necessário, quanto mais confusa e profusamente é tomado, hoje, esse termo. Efetivamente, não há afirmação recente que não venha precedida da declaração de adesão à história.

Acontece que história é movimento, e como tal, leva de roldão todo e qualquer elemento que povoa a condição humana. Assim, como não poderia deixar de ser, muda, transforma, altera, o próprio conteúdo da palavra história.

Se pensarmos na nossa experiência escolar, veremos que a disciplina de História consistia numa sequência de fatos marcantes que cons-

*A linguagem, como qualquer outro fato humano,
está em permanente movimento,
obedecendo única e exclusivamente às leis sociais.*

.....

tituem o passado da humanidade.

Ora, a noção de que se designa como histórico tudo aquilo que é "marcante" ou "antigo" constitui, ainda, o conteúdo de uma concepção predominante de história. O discurso cotidiano é rico de exemplos nesse sentido. É o caso do vereador que afirma que o problema do saneamento "já é um problema histórico" ou seja, antigo, velho. É o caso do locutor esportivo que



afirma que "aquela partida foi uma partida histórica" ou seja, marcante.

Se discordamos dessa compreensão do termo, o que significaria, pois, segundo o ponto de vista que estamos a defender, atribuir um caráter histórico a alguma coisa?

Vamos a esta questão. Na perspectiva que assumimos, a história é a própria realidade humana, e esta é o produto da criação humana. Em outras palavras, designamos como históricos todos os fatos circunscritos à condição humana, todos os elementos, objetos, conceitos, ações, que são, na sua origem, atribuídos ao homem.

A expressão "realidade humana" implica na aceitação de que os elementos que constituem essa realidade são devidos ao homem, são criações do homem.

Por outro lado, é necessário destacar que a possibilidade criadora do homem está condicionada àquilo que o essencializa, àquilo que o constitui enquanto homem: a sociedade.

Efetivamente, é somente quando passa a agir socialmente que a espécie rompe com os



*A história está a nos cobrar
a compreensão do fenômeno linguagem nesta sociedade,
neste tempo, entre estes homens.*

limites impostos pela natureza e passa a criar uma forma própria de vida que é, em tudo, a própria negação das leis da natureza. Ao negar a ação dessas leis sobre si mesmo, o homem produz uma realidade não-natural, uma realidade artificial, uma realidade humana, uma realidade histórica.

Para o homem, portanto, nada está dado. Sua vida se efetiva numa realidade em permanente estado de criação.

É neste enfoque que estamos tomando a linguagem: como uma criação humana, e, portanto, como um elemento em permanente movimento de criação.

Qual é a importância desta discussão no ensino da língua? Se a linguagem é uma criação humana, claro está que não pode ser um "dom" natural, da mesma forma que não é um produto acabado e pronto.

A linguagem, como qualquer outro fato humano, está em permanente movimento, obedecendo única e exclusivamente às leis sociais, ou seja, às leis que o próprio homem cria para poder manter e desenvolver a condição cívili-zatória. Nesse sentido, cada tempo histórico vai atribuir à linguagem, e, por decorrência, à escrita, a configuração própria daquele momento.

Assim, o apego às normas gramaticais que se evidenciaram corretas e indispensáveis num dado momento da história da língua e da escrita, bem como o apego ao processo de ensino próprio daquele momento, constituem equívoco sério quando aquele momento passa a ser pretérito.

Da mesma forma, porém é preciso ter claro que não existe linguagem sem uma lógica que é determinada pela convencionalidade, e a isto

chamamos, genericamente, gramática. Logo, não é possível entender uma dada língua sem o estudo da sua "gramática".

A compreensão do caráter histórico da língua é instrumento fundamental da presente discussão, e nos permite fugir do maniqueísmo, exatamente porque nos permite, ao mesmo tempo, perceber que é necessário abandonar a gramática - não, porém, toda e qualquer gramática, apenas aquela que já não mais traduz eficientemente a linguagem enquanto prática social deste momento da história dos homens.

O paradigma da história nos propõe um desafio muito maior do que a simples opção entre a gramática e o texto. Está, na verdade, a nos cobrar a compreensão do fenômeno linguagem nesta sociedade, neste tempo, entre estes homens. É necessário, portanto, investigar qual é o papel da escrita, neste momento da história, quais são os mecanismos de comunicação presentes hoje, qual é o impacto que as modificações introduzidas na comunicação está causando nas possibilidades de aprendizagem dos alunos.

Isto implica na definição de novos conteúdos de Língua Portuguesa e Literatura, implica na elaboração de uma nova "gramática", implica na construção de uma nova metodologia de ensino. Uma metodologia que entenda texto e gramática, não como elementos antagônicos, mas como faces de uma mesma moeda, e que seja capaz de definir a abordagem adequada de cada um desses elementos face às condições reais de uso da escrita nos dias de hoje.

LIGIA REGINA KLEIN é mestra em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP. Professora assistente do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS, ministra atualmente a disciplina "Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus".

Movimentos Sociais e Educação.

Apostando no "Velho" Paradigma e na sua Capacidade Interpretativa do "Novo."¹

Ana Lúcia E. F. Valente

A propósito da temática priorizada pelo GT Movimentos sociais e Educação - *Novos paradigmas de movimentos sociais* - torna-se indispensável, antes de procurarmos fornecer nossa contribuição ao debate, fazer um alerta sobre a possibilidade de entendimento colocada por essa proposta sem, contudo, ter sido suficientemente evidenciada. Afinal, quando se admite a presença do "novo", quase sempre delega-se para um plano secundário ou execra-se o que se considera "velho" e "ultrapassado". Seguindo essa linha de raciocínio, quando consideramos, no balanço da produção sobre movimentos sociais, especialmente nas últimas duas décadas, que o modelo teórico que norteou a maioria desses estudos foi o marxista, quer nas análises "ortodoxas", quer nas "combinadas", a conclusão pode ser preocupante. Porém, ao invés de considerarmos que, também nesse caso, foi decretado o "fim da história", ou definida, sem qualquer julgamento, a incapacidade explicativa do paradigma marxista, estamos tomando essa asserção como tentativa de promover a polêmica saudável, despida de preconceitos e pré-concepções. Sobretudo porque, em momentos como este, quando são questionados os grandes esquemas analíticos, espera-se que estejamos menos sujeitos aos "modismos" - expressos na negação de determinado paradigma e não no direito de existência de outros - e das armadilhas ideológicas que possam colocar em xeque nosso compromisso com o avanço do conhecimento.

Aproveitando a oportunidade instaurada pela "provocação", nosso objetivo neste trabalho será apontar os limites da crítica insólita e prematura, que não parece ser feita em bases justas porque não históricas, tal como é reclamado pelo próprio paradigma marxista, mas a partir de outros lugares epistemológicos. Colocada nos termos corretos do tema central desta reunião da ANPEd, nossa intenção é avaliar as perspectivas e a potencialidade desse paradigma para a compreensão dos movimentos sociais da atualidade. No interior da produção teórica marxista, a ênfase recairá sobre os conceitos enunciados por Gramsci. Naturalmente, não é desconhecido o fato de que esse autor inspirou muitas das análises sobre os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. No entanto, a leitura que propomos dele, ainda parece ser bastante adequada e suficiente para encaminhar as análises teórico-práticas dos movimentos sociais dos anos 90. É com base nessa discussão que tentaremos defender a tese de que o "velho" paradigma, quando adequado às características históricas de um momento que, tal como outros, exige a reflexão sistemática, ainda dá conta do "novo".